

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



**UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA**

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

EX.CL/118 (V)vii

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CONFERÊNCIA SOBRE
SEGURANÇA, ESTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E
COOPERAÇÃO EM ÁFRICA (CSEDCA), PROPOSTA PARA
MUDAR DE NOME PARA CIDO**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CONFERÊNCIA SOBRE
SEGURANÇA, ESTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E
COOPERAÇÃO EM ÁFRICA (CSEDCA), PROPOSTA PARA
MUDAR DE NOME PARA CIDO**

1. Em conformidade com o seu mandato, o Programa da Comissão em relação à Conferência sobre Segurança, Estabilidade, Desenvolvimento e Cooperação em África (CSEDCA) durante o período em análise centrou-se na (a) integração da participação da sociedade civil nos assuntos da União; (b) desenvolvimento de um quadro apropriado para envolvimento com e recolha de contribuições da Diáspora Africana em prol do desenvolvimento do continente; e (c) adaptação do próprio processo da CSEDCA à visão e declaração da missão e quadro estratégico de acção da Comissão da União Africana.

Operacionalização do Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOCC)

2. Deve-se recordar que na sua 4^a Sessão Ordinária realizada em Maputo, em Julho de 2003, o Conselho Executivo deu orientação para que o projecto dos estatutos fosse submetido a consultas mais alargadas com a sociedade civil e que fosse revisto pelo Comité dos Representantes Permanentes (CRP). A Comissão desencadeou consultas nacionais e regionais com a sociedade civil entre Julho e Dezembro de 2003, e as suas contribuições constam no Projecto dos Estatutos do ECOSOCC.

3. Subsequentemente, o Projecto dos Estatutos foi revisto e adoptado pelo CRP nos dias 11 e 14 de Junho de 2000, e será remetido à consideração do Conselho Executivo e da Conferência durante a Cimeira a ter lugar este mês de Julho, a fim de permitir que ECOSOCC funcione e assuma o seu lugar de pleno direito, para além de outras instituições tais como o Conselho de Paz e Segurança, o Parlamento Pan-Africano, etc. A Sociedade Civil é parte integral deste esforço confirmado. A Terceira Reunião do GPT (Grupo Provisório de Trabalho) que teve lugar em Cairo, Egipto, de 22 a 24 de Maio de 2004, discutiu estratégias para mobilização de apoio para esse propósito bem como modalidades de implementação. A adopção dos estatutos do ECOSOCC durante a Cimeira de Julho de 2004, irá complementar este esforço um sinal forte e positivo às organizações da sociedade civil acerca do compromisso da União

e sua liderança política a fim de promover e cimentar o relacionamento com a sociedade civil, de acordo com as disposições do Acto Constitutivo da União Africana.

Grupo Provisório de Trabalho da Sociedade Civil da UA(GPT): Esforços e Contribuições

4. Quando o ECOSOCC se tornar operacional servirá como um órgão da sociedade civil para forjar conhecimentos técnicos e prestar assessoria profissional e formular pareceres para os órgãos executivos e instrumentos da União. Neste contexto, iria usurpar o mandato do GPT, que foi eleito como um órgão de consulta regular em Junho de 2002, pela Conferência da Sociedade Civil-UA. Por coincidência, o mandato do GPT tem a duração de dois anos, que termina em 11 de Junho de 2004.

5. O GPT desempenhou valiosas funções durante o seu curto período de existência. O Grupo teve um papel pioneiro de promover consultas regulares e um diálogo estruturado entre a Comissão da UA e a sociedade civil. Também contribuiu de forma substancial ao processo de desenvolvimento institucional como ficou evidente durante a elaboração do Projecto de Estatutos do ECOSOCC e dos Critérios para a Concessão de Estatuto de Observador à União Africana. Também ofereceu um quadro para a elaboração da agenda da Diáspora no âmbito do processo da CSEDCA, que agora tornou-se um objectivo estratégico da União Africana. O processo inspirou as emendas contidas no Artigo 3(q) que reconheceu a Diáspora como uma importante componente da União Africana.

6. Todavia, tem havido alguns pequenos retrocessos. Alguns grupos da sociedade civil têm criticado a natureza representativa da conferência geral OSC-UA de Junho de 2002, e os critérios de selecção dos membros que compõem o GPT. Durante o Fórum da Sociedade Civil que se realizou nas Maurícias em 2000, antes da reunião dos Ministros do Comércio, as organizações da sociedade civil criticaram severamente o processo pelo qual foram seleccionados os representantes à Conferência OUA-Sociedade Civil de 2002, selecção essa feita através dos governos e das embaixadas. A sua opinião era de que tais processos minavam as perspectivas de forjar os pontos de vista e opiniões automáticas da sociedade civil. Elas aconselharam que uma vez que as contribuições dos grupos da Sociedade Civil teriam um carácter consultivo, o valor acrescentado de tais contribuições derivaria da sua autenticidade e habilidade para acrescentar algo que não

vem do governo para que a UA, contrariamente à OUA, fosse mais inclusiva, de acordo com o previsto no Acto Constitutivo da União. Além disso, uma vez que as contribuições das OSC seriam simplesmente de carácter consultivo, a natureza inter-governamental da UA ficaria enriquecida e não ameaçada por ter acesso a opiniões do género.

7. Além disso, alguns representantes regionais no GPT não cumpriram completamente a promessa de levar a cabo um trabalho de sensibilização e consciencialização ao nível regional. Existem circunstâncias atenuantes. Algumas ONGs têm dificuldades de capacidade. Outras se auto-absorvem. Outras ainda não são capazes de vislumbrar uma abordagem programática que estabeleça uma ligação com o objectivo continental e as agendas das suas respectivas organizações. Algumas conseguiram ultrapassar estes obstáculos e consolidar a sua agenda de parceria.

8. É importante acomodar a experiência do GPT no desenvolvimento do ECOSOCC. O órgão que inspira legitimidade por ser verdadeiramente representativo e visto como tal no seio dos Grupos da sociedade civil. Os Estados membros deviam permanecer conscientes dos limites e dos poderes do ECOSOCC, que é um órgão consultivo, cujo conselho pode ou não ser dado atenção. Não é um órgão de tomada de decisão e, deste modo, não detrai os poderes e habilidade dos Estados Membros de tomar decisões. Os pareceres do ECOSOCC passariam por órgãos apropriados ao nível da Comissão. É essencial que nós tenhamos acesso a esses pareceres a fim de tornar a UA inclusiva e promover a parceria com a sociedade civil conforme vem estipulado na Acto Constitutivo da União. A alternativa para isso seria encorajar posturas de confrontação e fora de alternativa ou paradigmas que minariam as actividades da organização. A unidade de CSEDCA está diariamente envolvida num diálogo constante com vários grupos da sociedade civil no continente, dando informes sobre as actividades da União e receber as mesmas informações e pareceres dos grupos da sociedade civil sobre as actividades da União Africana. Começamos a criar uma parceria que está a promover confiança no seio das organizações da sociedades civil e devemos continuar neste caminho e consolidá-la.

9. O relacionamento entre os representantes das OSC e os órgãos da UA devia também produzir força e cometimento da reciprocidade. Os representantes das COS devem cumprir

plenamente com as suas obrigações e tomar a iniciativa de mobilizar apoio e sensibilizar os seus constituintes sem depender da Comissão para seu sustento financeiro. Finalmente, a experiência do GPT dirige atenção à necessidade de “diálogos de qualidade” entre a UA e a sociedade civil para informar e subscrever a estrutura de relacionamento. Tais diálogos de qualidades exigidos devem situar-se dentro do contexto previsto pelo Acto Constitutivo, que reconhece o ECOSOCC como um órgão consultivo para apresentar parecer e opiniões de acordo com as circunstâncias. Dentro deste contexto, os órgão e os instrumentos executivos da União deviam também aceitar a sua obrigação de reconhecer e pesar o parecer do ECOSOCC.

Relacionamento UA-Sociedade Civil for a do âmbito do ECOSOCC

10. A comissão também tem a responsabilidade de permitir e desenvolver uma estrutura da associação e parceria fora do ECOSOCC que se centrará no relacionamento com as redes, arranjos ad-hoc e coligações, projectos bilaterais, etc. Isto traz várias vantagens: criará um quadro para as OSC que não são membros do ECOSOCC para contribuírem directa e substancialmente para a agenda continental; evitará o etos organizacional de “burocratização ou regimentalização” da sociedade civil dentro do conceito do ECOSOCC; reconhecerá também o carácter livre e associativo das organizações da sociedade civil e fixar os limites do ECOSOCC e do Parlamento Pan-Africano. Uma vez que o Projecto dos Estatutos do ECOSOCC basea-se nos grupos sectoriais que estão em linha com as carteiras da União, irá oferecer um quadro a fim de garantir as ligações intersectoriais.

11. Foi convocado um Grupo de Trabalho sobre o Reforço das Relações entre a Comissão da União Africana e a sociedade civil em 10 de Março de 2004, para analisar pormenorizadamente este assunto e fazer recomendações, incluindo a necessidade de detalhar sobre a ideia de criar Comissões Nacionais e modalidades para reforçar o conteúdo, propósito e carácter do relacionamento UA-OCS e recursos para sua sustentabilidade.

12. A CSEDCA tem estado completamente envolvida na preparação da Conferência dos Intelectuais em África e na Diáspora, programada para ter lugar em Dakar, Senegal, em 6 de Setembro de 2004.

A Agenda da Diáspora

13. Em cumprimento da Decisão do Conselho Executivo realizado em Sun City, África do Sul, em Maio de 2003, a primeira prioridade da Comissão foi de expandir os contactos com a Diáspora.

14. A Diáspora Africana tem sido um parceiro activo neste assunto. Ademais, o processo de integração e consultas até aqui realizadas indicam que para além da distribuição da Diáspora entre as várias regiões do mundo – América do Norte, América do Sul, Europa, Ásia, regiões do Golfo, etc. existem outras três tendências no movimento da Diáspora. O primeiro grupo é a Diáspora continental africana que compreende a diáspora Africana dentro do próprio continente. Este grupo começou a organizar-se para participar no processo da UA. As grandes iniciativas saíram do Fórum da Diáspora Africana sediado no Gana. O segundo grupo é a Diáspora fora do continente que estão dispersos em várias regiões do mundo. A diáspora de fora tem duas sub-unidades: a Diáspora antiga e a moderna. A Diáspora antiga consiste de descendentes das gerações daqueles que foram dispersos pelo comércio de escravos. A segunda geração é maioritariamente composta por migrantes económicos que são relativamente uma subunidade recente ou da primeira geração. Também a Diáspora de fora fez muitas tentativas para se organizar e trazer as suas opiniões para vencer os desafios chave da iniciativa da Diáspora.

15. Inevitavelmente, surgiram tensões particularmente entre a Diáspora antiga e moderna na corrida pela liderança do movimento e parceria com a UA. O desafio da comissão em relação a isto é de impor uma coesão através de um processo visionário e inclusive que ultrapassa o ego e as ambições pessoais. Como parte do processo, a Comissão convocou um *workshop* técnico em Trinidad e Tobago de 2 a 5 de Junho de 2004, em colaboração com a Rede da Diáspora Africana do Hemisfério Ocidental (WHADN), que está sediada em Washington. Sua excelência Patrick Manning, Primeiro-Ministro do Trinidad e Tobago, falando no discurso de abertura, indicou que a Diáspora Africana é uma Diáspora global... com comunidades de descendentes de africanos espalhados pelo mundo – nas Caraíbas, América Latina, Atlântico do Norte e em todas as partes do mundo. Ele saudou a iniciativa da União Africana de reforçar as relações com a Diáspora e notou que “não importa quem e onde esteja. A essência da nossa capacidade

humana para o sucesso aparece num espírito de cooperação e integração.” O *workshop* analisou as questões levantadas pela Decisão do Conselho Executivo na reunião de Sun City, em Maio de 2003, de acordo com a orientação. O resultado será revisto pela Comissão da UA com vista a apresentar um documento estratégico sobre a consolidação da iniciativa da Diáspora à reunião do Conselho Executivos a ter lugar em Fevereiro de 2005.

16. A escolha do Porto da Espanha em Trinidad e Tobago como local da reunião não foi accidental. Em parte, foi em homenagem ao grande Sylvester Williams e da Primeira Conferência Pan-Africana realizada sob sua liderança em Londres em 1900. A escolha também foi informada pela Decisão do Conselho Executivo de Sun City que realçou a necessidade de expandir os contactos com a Diáspora Africana nas várias regiões do mundo. A região das Caraíbas possui a maior concentração de pessoas de descendência africanas fora dos limites geográficos da União. A decisão de realizar o *workshop* em modalidades de participação efectiva com a Diáspora Africana nesta região proporcionou uma oportunidade de usar de um evento para cumprir com os dois requisitos estabelecidos pelo Conselho Executivo. Para consolidar o objectivo de facilitar contactos, foi organizado um programa de informação e sensibilização para a Diáspora Caribenha pelo Comité de Apoio de Emancipação de Trinidad e Tobago à margem da reunião. O programa estabeleceu pilares para a Rede da Diáspora Caiabenha a trabalhar com a UA na sua agenda.

17. A prioridade fundamental aqui é determinar quem é membro da Diáspora. O resultado do *workshop* de Trinidad e Tobago ofereceu uma definição de trabalho que brevemente será apresentada ao Conselho Executivo para consideração, de acordo com exigência feita em Sun City, em Maio de 2003.

18. A Comissão convocou também um Grupo de Trabalho sobre a criação de uma rede de peritos do Continente e da Diáspora que estejam sempre prontos a ajudar na resolução dos problemas chave. A Comissão irá brevemente iniciar planos para a implementação da agenda de acordo às conclusões da reuniões.

Transformação Institucional

19. Como parte do processo de definição de um plano estratégico de acção para a Comissão nos próximos quatro anos, a Comissão iniciou também o processo de redefinição da agenda da CSEDCA para concentrar-se mais explicitamente nas áreas mais críticas das preocupações tais como a agenda da sociedade civil, a Diáspora, os fora da sociedade civil e do sector privado, fora religiosos, social e profissional, etc. necessários para promover um sentido alargado da cidadania africana. O objectivo cardinal é desenvolver uma União Africana orientada para os seus povos para conduzir processos de integração e de desenvolvimento, bem como promover bem estar no continente. Para atingir este fim, contudo, devia se reforçar e elevar a capacidade institucional do programa. Seria também útil que se usasse um nome prático que facilmente se identifica com esta orientação específica. A Comissão da União Africana propõe, por isso, o nome de CIDO – focalizando sobre organizações da sociedade civil e da Diáspora – para substituir a CSEDCA.

20. Em conclusão, o objectivo principal do processo CSEDCA é de iniciar, manter e reforçar diálogos políticos dignos de crédito que pudesse ter um impacto sério na integração do desenvolvimento de África. O nosso plano de acção, para um período de quatro anos(2004-2007), concentra-se na criação de um web africano. O web seria apenas efectivo e propositado se fosse orientado para as pessoas.

21. A comissão deseja recomendar ao conselho Executivo cinco grandes medidas em apoio a este objectivo, que são as seguintes:

- a) O levantamento das organizações da sociedade civil no seio dos Estados Membros para ver precisamente quem está lá, quem faz o quê, como e onde. Esta base de dados permitirá flexibilidade no mandato e no propósito de interagir de forma decisiva com os actores não-estatais e com os parceiros em todo o espectro das actividades da União, tanto dentro como fora do ECOSOCC, e particularmente no último caso.

- b) O início de um grande discurso político entre os políticos africanos com vista a renovar e reforçar o seu compromisso de manter a sua agenda a favor do povo. Isto envolverá um retiro com os Membros do CRP para que todos possamos ter uma definição comum do que uma União Africana em benefício do povo envolveria e colectivamente exploraria estratégias para a sua promoção e sustentação.
- c) Estratégia efectiva de informação e sensibilização que pudesse criar um sentido de responsabilidade e estimular “diálogos de qualidade” direccionados para os resultados e parcerias efectivas
- d) Reforço da capacidade dos recursos humanos da CSEDCA(CIDO) para responder às enormes responsabilidades de envolvimento da sociedade civil e da Diáspora todas as regiões.
- e) Autoridade para reconstituir a CSEDCA, de acordo com a necessidade, a fim de compatibilizá-la com o novo foco institucional e para mudar o seu nome para CIDO.

2004

Report on the activities of the conference on security, stability, development and cooperation in Africa (Cssdca) proposed to be Cido

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4395>

Downloaded from African Union Common Repository